

**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**1ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora da Glória**

---

**Nº Processo 202077000250 – Número Único: 0000404-36.2020.8.25.0048**

**Autor: ROMARIO SILVA SENA**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

**ESCLARECIMENTO DE PONTOS DE DIVERGÊNCIAS**

Quanto aos pontos contestados no laudo confeccionado em 05 de julho de 2021:

- 1) O grau de acuidade **auditiva**, embora não possa ser quantificado, pode ser avaliado de forma qualitativa ao exame físico neurológico através de testes clínicos – teste de Rinne, testes de Weber e CALFRASST (*Calibrated Finger Rub Auditory Screening Test*). Tais testes, inclusive, permite diferenciar entre uma perda auditiva de condução ou neurossensorial.
- 2) A paralisia facial periférica não traz apenas prejuízos estéticos ao indivíduo; é importante ressaltar o prejuízo na função palpebral e na mastigação/deglutição decorrentes de fraqueza na musculatura facial; não menos importante ainda são os danos psicológicos sofridos pelo indivíduo, mesmo que não lhe tragam limitação física.

Aracaju-SE, 13 de novembro de 2021



---

Ana Thaisa da Silva Leal  
MÉDICA NEUROLOGISTA  
CRM-SE 4821 / RQE 4340